

Sumário

Prefácio 11

Introdução 15

PARTE I ■ TEMATIZANDO A SOCIEDADE DE CONTROLE 27

1 Da sociedade disciplinar à sociedade de controle 29

2 Vigilância disseminada 50

3 Controle-estimulação 72

4 Controle de riscos 94

PARTE II ■ RESISTÊNCIA E PODER 117

5 Cruzando as linhas 119

6 O sequestro e o controle 130

Considerações finais 172

Referências bibliográficas 185

Prefácio

Quem somos nós nesta múltipla conjunção/disjunção de campos de força – que chamamos de mundo – que nos atravessa e nos constitui? Como isso se processa na contemporaneidade, naquilo que Gilles Deleuze chamou de *sociedade de controle*? Essa é uma pergunta que cada um de nós faz, cotidianamente (ainda que sem essa roupagem teórica), ao tomar contato, pelo jornal ou pela televisão, com as várias propagandas – que nos levam a consumir coisas que não queremos e de que não necessitamos – ou ao presenciar um sequestro (mais um?), ficando estupefatos com nossa capacidade de conviver com toda essa violência desmedida e de nos habituarmos a ela (será?). Também nos fazemos essa pergunta quando ficamos satisfeitos com a crescente tecnologia que responde pela segurança de nossa vida, seja nos aparatos que rodeiam nossa casa (câmeras, controles eletrônicos etc.), seja nos hospitais, quando adoecemos (indo dos raios X à ressonância magnética). Ou quando nos surpreendemos com um aviso no elevador: “Você está sendo filmado”. Ou seja, vigiamos e somos vigiados, controlamos e somos controlados o tempo todo neste mundo louco que nos rodeia. Ainda assim, cabe a pergunta: “Quem somos nós em meio a isso tudo?”

Foi para responder a essa pergunta que Sonia Regina Vargas Mansano lançou-se de corpo e alma à sua tese de doutorado – que tive o prazer de orientar –, denominada *Sociedade de controle e linhas de subjetivação* e defendida em 2007, fazendo parte do

Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP, a qual deu origem a este livro.

Sonia é daquelas pessoas raras que, quando resolvem realizar uma tarefa importante, são capazes de remexer mundos e fundos para conseguir seu intento. Inteligente, sagaz, sensível e extremamente disciplinada, vai atrás do que busca com enorme tenacidade e paciência, algo que poucos pesquisadores fazem hoje em dia, por imperar o lema da “rapidez e eficiência”, que tem como corolário – como não poderia deixar de ser – a esquematização e a generalidade abstrata. Noutra vertente, Sonia quer realizar sua descrição em cores, com luzes e sombras, ou seja, de uma forma muito próxima da nossa experiência subjetiva, sempre singular. Para isso, busca várias frentes documentais, que vão da pesquisa das fontes da mídia – jornal, televisão etc. – a uma série de entrevistas realizadas com uma mulher que foi sequestrada e permaneceu vários dias em cativeiro até conseguir pedir ajuda e ser resgatada pela polícia.

Por meio do seu relato, rico e minucioso, vamos então percebendo os diferentes dispositivos de controle que se disseminam e se multiplicam pelo corpo social, solicitando-nos a que nos tornemos seus cúmplices e agentes (como vemos nas placas, nos avisos dos ônibus: “Denuncie a violência pelo telefone...”), e as formas como somos cooptados nas suas malhas ou resistimos aos seus apelos. Acontecimentos que nos enrolam na sua superfície, produzindo, por meio dessa dobra, a nossa subjetividade: interiorização, deslocamento e disseminação dos mesmos controles que imperam no exterior ou – na outra vertente – um processo de resistência a eles, que se desdobra na criação de novas formas subjetivas. Talvez, nesse sentido, como uma ilustração do primeiro tipo, o relato e a análise do sequestro sejam exemplares ao mostrar todo o aparato de fiscalização dos sequestradores (para não serem descobertos e presos), sendo internalizado para vir a constituir, no final do episódio, a mente obsessivamente vigilante do sequestrado (com intuito de não voltar a sofrer outro episódio congênere).

Curiosamente – ou talvez *consistentemente*, já que segue as trilhas do seu mestre Deleuze –, o trabalho de Sonia não lança mão, em momento algum, da psicanálise como ferramenta teórica. Operando com mente psicanalítica, mas se valendo sempre dos conceitos da *esquizoanálise* – como uma espécie de variação depurada da primeira –, seu trajeto nem por isso perde em densidade e rigor. Talvez essa seja até mesmo sua maior originalidade.

Queria, pois, dar boas-vindas a este novo livro que prossegue, diversifica e desdobra o rico trabalho que Sonia vem desenvolvendo acerca dos meandros da alma humana nas sociedades e culturas contemporâneas.

ALFREDO NAFFAH NETO

Psicanalista, mestre em Filosofia (USP), doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP) e professor titular do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP.

Introdução

Um olhar sobre a produção artística de determinado período histórico pode funcionar como indicador dos problemas que estão colocados para a vida humana naquele momento. Esse é o caso de duas obras da literatura, publicadas na primeira metade do século XX, que, em seu tempo, vislumbraram como poderia ser o cotidiano de uma sociedade organizada com base em um controle extremo exercido sobre seus membros. No romance *1984*, de George Orwell, ou mesmo na obra *Admirável mundo novo*, de Aldous Huxley, podemos acompanhar a descrição de sociedades nas quais a vida cotidiana era amplamente monitorada. Nelas, ganhavam destaque não apenas as estratégias concretas de vigilância e domínio dos corpos, mas também do psiquismo dos que ali viviam.

Em *1984*, diversas formas de vigilância eram realizadas para monitorar a vida da população. Toda a história se desenrola em torno da figura de um controlador principal, o chamado “Grande Irmão”, que tinha acesso a acontecimentos e informações produzidos nas mais diversas esferas da vida coletiva, incluindo as dimensões mais privadas e corriqueiras relacionadas à intimidade do cotidiano. Com o saber acumulado e centralizado na figura do controlador que “tudo” via graças à convergência das informações que lhe chegavam, esse Grande Irmão podia interferir e, em certa medida, dirigir a vida dos que lhe eram submetidos. Em uma dinâmica assim estabelecida, não era apenas o agente policial

quem realizava a vigilância. O sucesso desse empreendimento foi conquistado especialmente com a viabilização daquilo que era denominado, no romance, “polícia do pensamento”. Por meio dela, cada indivíduo tomava para si a função de vigiar a própria conduta, participando de um circuito cujas informações, ao final, convergiam sempre para o controlador soberano. E esse circuito era tão bem articulado que ficamos com a impressão, no decorrer da leitura, de que não existia nenhuma possibilidade de estar fora do controle. Tudo estava sob a sua égide, nada lhe escapava.

A produção de um modo de vida obediente também foi abordada em *Admirável mundo novo*. Ali, não só o controle sobre os corpos era amplamente intensificado como ganhavam evidência, novamente, as estratégias utilizadas para fazer que cada indivíduo se envolvesse na manutenção da ordem. E isso acontecia de tal forma que qualquer questionamento era entendido como insubmissão, como algo que precisava ser amplamente combatido e abolido, fosse por meio de punições físicas, fosse pelo chamado “soma”. Este último era uma espécie de droga que, uma vez ingerida, agia diretamente sobre o organismo e o psiquismo, pondo fim aos questionamentos identificados como subversivos. Esse sedativo servia também para combater o mal-estar desencadeado pelo simples fato de estar vivo e, dessa forma, sujeito a experimentar crises, dúvidas e transformações. Entretanto, por mais que essas dimensões fossem neutralizadas e controladas pelos diversos mecanismos de vigilância descritos no romance, elas não deixavam de ser, de alguma maneira, experimentadas pelos personagens.

É sabido que o século XX foi profundamente marcado pela emergência do autoritarismo com diferentes matizes, o que trouxe funestas consequências para a vida humana, dentre as quais merecem destaque a Primeira e a Segunda Guerra Mundial. Em consonância com esses acontecimentos, as obras literárias há pouco citadas mostraram-se amplamente implicadas com seu tempo, podendo ser tomadas como índices da problemática polí-

tica que marcava o período: uma forma de poder que tendia para o autoritarismo e que marcava a vida da população de maneira bastante coercitiva. O que chama atenção nessas obras é o fato de vislumbrarem um futuro no qual a vigilância seria cada vez mais austera e rigorosa.

Mais de meio século depois dessas publicações, podemos dizer que os procedimentos nelas descritos são diferentes daqueles que vemos hoje. Novas estratégias de controle vêm sendo largamente produzidas e ganham contornos bem mais diversificados, móveis e difusos, como veremos no decorrer deste livro.

Assim, basta um olhar mais atento sobre a maneira como vivemos hoje para perceber que foram produzidas novas configurações para o controle e que elas estão presentes em todos os lugares por onde andamos. São olhares, enunciados, imagens, escritos – enfim, uma ampla variedade de meios que nos convoca a prestar atenção em alguns aspectos da nossa vida e da vida daqueles que nos cercam. Esse monitoramento invade o cotidiano, ora de maneira sutil – como o uso da recorrente frase “Sorria, você está sendo filmado!” –, ora por meios ostensivos, como a presença constante da polícia armada nas ruas. Isso nos leva a acreditar que o controle se tornou, nos últimos anos, um dispositivo sofisticado que se disseminou no cotidiano e passou a fazer parte da vida da população sem ser necessariamente identificado como tal.

Sendo operacionalizados hoje de maneira disseminada e refinada, os dispositivos de controle não se limitam a atuar apenas em espaços fechados. De fato, com o avanço e as transformações da vida urbana nas últimas décadas, cresceu também a necessidade de ampliar as formas de controle e de estendê-las para os espaços abertos. Esses espaços são bem mais complexos e se caracterizam pela passagem de um fluxo populacional constituído pela mistura de indivíduos diferentes. Para tentar administrar essa diversidade e os conflitos que nela ocorrem, os dispositivos de controle se multiplicam e atuam em redes que monitoram a

movimentação e o deslocamento do sujeito, bem como dos demais fluxos que atravessam sua existência. Tais fluxos são variados e envolvem a passagem de veículos, mercadorias e dinheiro, assim como a localização de vírus e moléculas que circulam no interior do organismo – e essa lista não para de crescer.

É claro que o indivíduo continua sendo um alvo do controle. Mas, como ele já não é facilmente localizável dentro dos limites de um espaço institucional fechado, a ação estratégica dos dispositivos sofreu modificações, passando a operar por modulação, ou seja, só interessa controlar o indivíduo (ou os demais fluxos) naquelas ocasiões em que sua passagem atrapalha, de alguma maneira, a continuidade de determinada organização social. Também em função dessa mobilidade o controle foi disseminado por um espaço urbano que tende a se expandir, produzindo mudanças para além dele, em áreas mais distantes e pouco povoadas.

Vemos, assim, que novos dispositivos são continuamente criados. Por meio deles, é possível identificar e selecionar as pessoas, os fluxos, os lugares e as ocorrências que, do ponto de vista de uma sociedade organizada e administrada, precisam sofrer algum tipo de intervenção. Para entender como esse empreendimento acontece é preciso definir, em primeiro lugar, o que é um dispositivo.

A palavra “dispositivo” diz respeito a determinada maneira de *dispor*, de *ordenar* ou de *posicionar* estrategicamente sujeitos e equipamentos. Junto com essa *disposição* são produzidas formas específicas de saber que, por sua vez, subsidiam os programas institucionais, as regras de conduta e os diversos procedimentos de normalização. Michel Foucault, na entrevista intitulada “Sobre a história da sexualidade” (1996b, p. 244), explica o que ele entende por dispositivo:

Através desse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, orga-

nizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

As diversas conexões geradas a partir dessa rede heterogênea fazem que os dispositivos se espalhem por diferentes contextos, penetrando até mesmo nas relações privadas. Cada sujeito se inscreve como parte integrante do dispositivo de maneira singular, sendo, para ele, doador de sentido e legitimidade. Trata-se de uma produção coletiva, na qual cada indivíduo comparece como coprodutor. Estamos lidando, portanto, com uma invenção humana que, como tal, é sempre contextualizada de acordo com o momento histórico, sendo operacionalizada e transformada continuamente pelos agentes conectados a ela. Por isso mesmo, Deleuze (1996, p. 92) considera que nós “pertencemos a dispositivos e neles agimos”. Assim, ao mesmo tempo que nos inserimos em determinada organização social, aderindo ou resistindo a ela, também contribuímos para reproduzir ou transformar os dispositivos que nela circulam.

Quando analisamos especificamente a produção dos dispositivos de controle contemporâneos, encontramos um funcionamento mais descentralizado e agregador de um número cada vez maior de agentes. Nesse empreendimento, cada participante atua sem ser necessariamente identificado como agente controlador. Assim, a tendência que hoje se afirma é a de que os dispositivos de controle podem ser acionados em qualquer lugar, por qualquer indivíduo e a qualquer momento, dependendo das estratégias utilizadas para viabilizar seu exercício.

Foucault esclarece, ainda, que esse conjunto heterogêneo pode ser articulado no cotidiano de diferentes formas e com objetivos distintos. É possível encontrá-lo, por exemplo, no “programa de uma instituição” (1996b, p. 244) que se ocupa em educar, curar, julgar ou fazer produzir. Em cada um desses

casos, os dispositivos são colocados estrategicamente em funcionamento, e isso pressupõe uma “intervenção racional e organizada” (p. 246), produzida pelo acúmulo de saberes, o que, ao mesmo tempo e de maneira indissociável, gera diversos efeitos de poder sobre a vida dos indivíduos.

Entretanto, essa racionalidade não se mantém estável. Ela é, o tempo todo, atravessada por novos elementos que recorrentemente entram em cena e, de maneira imprevisível, alteram ou rompem seu funcionamento. O próprio sujeito pode ser analisado como um desses elementos. Afinal, ao entrar em contato com diferentes dispositivos, ele os acolhe ou recusa sempre de maneira singular, e, com isso, também se torna capaz de gerar uma série de outros saberes sobre a situação.

À medida que novos elementos dispersos (sujeitos e equipamentos) são introduzidos nessa rede heterogênea, eles tendem a modificá-la, rearticulando suas conexões e produzindo efeitos que guardam diferenças em relação ao arranjo anterior. Nesse processo, é o próprio dispositivo que se transforma a fim de acompanhar problemas específicos enfrentados a cada tempo histórico.

Atentando para esse movimento, este livro começa com uma investigação histórica das rupturas que vêm acontecendo nos dispositivos e nas maneiras como cada sujeito interage com essas transformações em seu cotidiano. No decorrer do Capítulo 1, “Da sociedade disciplinar à sociedade de controle”, partimos da análise foucaultiana sobre as disciplinas e avançamos até aquilo que Gilles Deleuze denomina, em um de seus últimos escritos, sociedade de controle. Veremos que tais transformações não envolvem uma mera passagem linear (de um regime de poder a outro) já finalizada, mas um movimento complexo que abarca a coexistência dos dispositivos disciplinares e de controle.

Em seguida, o livro aborda a seguinte questão: como investigar os dispositivos de controle contemporâneos, que se tornam cada vez mais diversificados e oferecem condições para que a vida seja monitorada de diferentes perspectivas? Em vista dessa dificul-

dade, recorreremos à estratégia da *descrição* de fatos cotidianos vividos pela população e veiculados pelos meios de comunicação. Acreditamos que as descrições das diferentes situações que envolvem o controle possibilitam um mapeamento parcial dessa rede heterogênea sem comprometer a fluidez que lhe é própria.

As situações cotidianas nas quais o controle se faz presente foram, então, pesquisadas em documentos que são de domínio público: jornais, encartes, peças publicitárias, sites, programas televisivos e revistas de circulação nacional que se ocupam em noticiar acontecimentos da realidade brasileira. Interessava-nos dar visibilidade a esses tipos de documento precisamente pela facilidade que se tem, a partir deles, de fazer circular informações que até podem estar distantes do dia a dia do leitor e/ou espectador, mas que, por seu intermédio, podem ser tanto acessadas quanto amplamente debatidas e problematizadas.

Como dito anteriormente por Foucault, os dispositivos se articulam em redes heterogêneas, então o passo seguinte deste livro foi desdobrar parte dessas redes e acompanhar o movimento incessante de suas linhas. Isso porque, à medida que se efetuam e penetram no cotidiano da população, os dispositivos também participam da produção de subjetividades. Pode-se dizer que parte dessa produção ocorre a partir das conexões que cada sujeito estabelece com os dispositivos. Nesse contato, ele é recorrentemente levado a falar e também a pensar sobre si mesmo ou sobre aquilo que acontece ao seu redor. Assim, percorrer os enunciados, as imagens, os equipamentos, os planejamentos arquitetônicos e as reformas institucionais de diferentes tipos configurou-se um modo possível de acompanhar o movimento das diferentes linhas que compõem essa complexa rede.

Entretanto, durante essa investigação, as descrições selecionadas apresentavam um grau de complexidade crescente, deixando entrever que o dispositivo não se presta a segmentações evidentes e estáticas. Sobre isso, Deleuze (1996, p. 83) assinala que as linhas “seguem direções, traçam processos que estão sempre em

desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam umas das outras”. Nota-se, então, que para analisar as formas de controle contemporâneas é fundamental compreender sua fluidez.

Para lidar com essa multiplicidade de direções e de conexões, as situações pesquisadas foram agrupadas em três feixes de linhas assim denominados: “Vigilância disseminada”, “Controle-estimulação” e “Controle de riscos”. Em cada um desses capítulos é possível encontrar situações de controle que guardam ressonâncias entre si e que, uma vez reunidas em feixes, serviram como ponto de partida para a produção de uma cartografia parcial do dispositivo de controle, obviamente sem a pretensão de, com isso, esgotá-lo.

No Capítulo 2, “Vigilância disseminada”, são encontradas descrições que, apesar de advirem de locais distintos de nosso país, guardam semelhanças entre si, visto que convocam o sujeito a observar detalhes da própria vida e da vida do outro sob o enfoque da vigilância. Diversas questões atravessam esse capítulo: Afinal, de onde parte a vigilância? Para quem são dirigidos esses olhares? Quais fluxos são preferencialmente monitorados? Quais novos componentes de subjetivação são criados e colocados em circulação devido a essa preocupação com a vigilância? Percorrendo tais questões foi possível dar maior visibilidade ao modo como é efetuado esse controle e às diferentes maneiras como o sujeito participa dele.

Quando avançamos para o Capítulo 3, “Controle-estimulação”, outro universo de controle emerge e, apesar de ser tão propagado quanto a vigilância, não necessariamente é reconhecido como tal. Esse tipo de controle utiliza-se dos resultados de pesquisas nas quais a população é amplamente estimulada a expressar seus anseios e preferências referentes a diversos aspectos de seu dia a dia. Os valores, opiniões, ideias e aspirações, uma vez coletados e analisados, são transformados em peças publicitárias que, por sua vez, se ocupam em lançar novas mercadorias e serviços a serem consumidos. Assim, partindo de um controle que

se exerce por estimulação, novas questões emergem: De que maneira, historicamente, consumo, felicidade e verdade foram articulados para facilitar a circulação de dinheiro? Como o sujeito se inscreve no circuito produção-consumo? Que tipo de satisfação é possível experimentar com o acesso às mercadorias e aos serviços, visto que a inserção do sujeito nesse universo não se efetua por mera obediência?

Por fim, nas descrições do Capítulo 4, “Controle de riscos”, encontramos como diferencial uma preocupação crescente por parte da população no que diz respeito à continuidade da existência em suas diferentes dimensões, que podem ir da preservação do corpo vivo até a garantia de segurança de um patrimônio financeiro conquistado. Nesse caso, há todo um esforço para identificar, administrar e evitar aqueles riscos que, de alguma maneira, já podem ser minimamente representados e mensurados. Discutimos nesse capítulo questões como: de que maneira a tecnologia participa desse projeto preventivo? Como o sujeito se constitui diante dos diferentes dados elaborados sobre seu corpo e diante da constatação de sua vulnerabilidade aos riscos?

Essas e tantas outras questões que atravessaram as descrições foram decisivas para cartografar e dar certa visibilidade aos três feixes de linhas aqui estudados. Entretanto, no decorrer da elaboração dos capítulos, foi comum detectar situações mais complexas que sempre tendiam a escapar daquele feixe de linhas no qual haviam sido inicialmente incluídas. Nessas ocasiões, foi possível notar que não se podem apreender os fluxos que atravessam a existência segundo linhas endurecidas, visto que eles estão em constante agitação e movimento. Constatando essa mobilidade, recorreremos novamente a Deleuze (1996, p. 89), que assinala quanto as linhas “se entrecruzam e se misturam, acabando umas por dar noutras, ou suscitar outras, por meio de variações ou mesmo mutações”. Assim, por vezes uma mesma descrição poderia estar presente nos três feixes, fazer conexões inusitadas entre eles e, ao mesmo tempo,

insistir na fuga, lançando a investigação a um desafio provocante e renovado.

Buscando certa aproximação com esse movimento, avançamos então para o Capítulo 5, “Cruzando as linhas”. Nele abordamos a própria linha de subjetivação, ou seja, a constituição do sujeito em meio aos dados de cada experiência vivida. E esse cruzamento inclui também as diferentes possibilidades de resistência que ora se ensaiam no contexto de controle. Isso porque, apesar da dificuldade tanto de detectar os dispositivos que atravessam nosso cotidiano e se multiplicam a cada dia quanto de atribuir-lhes sentidos, não estamos meramente passivos nesse processo. Procuramos analisar, nesse capítulo, como o sujeito se constitui nesse vasto campo de possibilidades, explorando as diferentes modalidades de conexão ao dispositivo.

Tendo percorrido o movimento dessas linhas, pudemos notar que ainda faltava mostrar como elas, ao se cruzarem, passavam a fazer parte da vida do sujeito, sendo atualizadas de maneira singular em seu cotidiano. Para dar visibilidade a isso, trouxemos o relato de uma experiência que compõe o Capítulo 6, “O sequestro”. Nesse depoimento, é possível observar *como* um acontecimento pode afetar, perturbar e gerar processos de subjetivação quando convoca o sujeito a se conectar com os dados de uma experiência única e a agir de acordo com as condições que ele encontra em cada instante que vive. Cabe assinalar que tal acontecimento, um sequestro, caracteriza-se por um controle do destino do sequestrado que pretende ser absoluto. O desfecho dessa situação se dá também pela utilização estratégica e multifacetada desse dispositivo.

Assim, como considerou Deleuze, estamos vivendo uma passagem histórica da sociedade disciplinar à sociedade de controle. Este livro busca identificar e problematizar as mudanças que essa passagem introduz no modo de viver e se relacionar com o mundo e, por fim, busca mostrar como a psicologia pode colaborar para a compreensão deste tempo histórico.

Em um terreno mutante como esse são experimentadas transformações subjetivas de diferentes tipos e intensidades. Isso nos coloca em contato tanto com a irredutibilidade da vida perante os dispositivos quanto com algumas situações nas quais o controle toma contornos intoleráveis. Tais contatos exigem todo um esforço de elaboração do vivido. Assim, a cada novo regime de poder o sujeito enfrenta acontecimentos inusitados, nem sempre imediatamente identificáveis, nem sempre facilmente representáveis. Acolhendo os incômodos trazidos por essas questões, esta obra busca servir como mais um espaço de problematização daquilo sobre o que ainda pouco se sabe: a complexidade crescente da vida em sociedade.

PARTE I

TEMATIZANDO A SOCIEDADE DE CONTROLE

DA SOCIEDADE DISCIPLINAR À SOCIEDADE DE CONTROLE

É sabido que as mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX e nos primeiros anos do século XXI têm acontecido de maneira bastante veloz, talvez mais do que em qualquer outro tempo histórico. Destacam-se aí os avanços tecnológicos, midiáticos e científicos, para citarmos apenas alguns exemplos. Com isso, novos modos de subjetivação vêm sendo produzidos na contemporaneidade em um movimento complexo de adesão, sustentação ou resistência em relação a tais mudanças. Neste capítulo será investigada uma dimensão dessas transformações: a passagem da organização social disciplinar para algo que vem sendo denominado por alguns autores sociedade de controle.

É Deleuze, em um de seus últimos escritos, quem anuncia que desde a segunda metade do século XX estamos vivendo um tempo histórico de rápidas mudanças no que se refere à organização social e à construção dos modos de subjetivação que as acompanham. Ele mostra que a organização da sociedade segundo o dispositivo disciplinar, amplamente estudada por Foucault, é algo que estamos deixando para trás. Com isso, há um rearranjo na paisagem social contemporânea, que ajuda a compor de maneira diferente a dinâmica da sociedade atual. E isso se deve, em parte, aos novos dispositivos de controle que vêm sendo criados e que estão espalhados por todo o campo social.